

PIBID CIÊNCIAS SOCIAIS E FORMAÇÃO DOCENTE: Reflexões críticas sobre a política educacional do Brasil**PIBID SOCIAL SCIENCES AND DISCENT TRAINING: Critical Reflections on Brazil's Educational Policy**

DOI:10.34117/bjdv6n9-503

Recebimento dos originais: 08/08/2020

Aceitação para publicação: 22/09/2020

Bruno Laurentino da Silva

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN

E-mail: b_laurentino_s@hotmail.com

José Alberto da Silva

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN

E-mail: josebetojs@hotmail.com

Karlla Christine Araújo Souza

Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba, Brasil (2010)

Professora da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Brasil

E-mail: karlla_chris@yahoo.com.br

RESUMO

Este artigo está diretamente relacionado à descrição e defesa do PIBID - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência. Programa que tem como objetivos incentivar a formação de docentes em nível superior e contribuir para a construção de uma educação pública e de qualidade. Como consequências, o programa também tem colaborado para elevar a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura e promover a integração entre educação superior e educação básica, tendo como um dos eixos a articulação entre teoria e prática tão necessárias à formação dos docentes e para elevar a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão nos cursos de licenciatura em todo Brasil. Diante da interrupção desse programa, percebemos que sua exclusão segue uma lógica atrelada a um projeto de Estado Neoliberal que pretende fragilizar a formação de docentes e a educação pública no Brasil. Desta forma, apesar de existir um conjunto de resultados significativos das ações realizadas pelos PIBIDs em âmbito nacional, na realização de suas intervenções escolares e abrangência acadêmica dos projetos, estes resultados não foram ponderados no momento de decidir sobre a não continuidade e a lacuna que será gerada nos diferentes níveis de educação e sobre as políticas de formação docente.

Para exemplificar a importância desse programa como uma política pública de qualidade, com impacto social significativo na formação de professores no Brasil, pretendemos descrever algumas práticas do PIBID Ciências Sociais/UERN, um programa socialmente empenhado na afirmação dos valores da democracia, da cidadania, da igualdade e do reconhecimento das diferenças, como princípios fundamentais na formação de educadores e da juventude brasileira. Tais experiências nos concede compreender a importância dos estudos desenvolvidos no âmbito das ciências sociais em defesa de uma educação pública de qualidade e suas interpretações sobre o Brasil em sua

configuração histórica atual, onde se desencadeiam processos de desestruturas da organização social do povo brasileiro.

Palavras-chave: Programas Formativos, Política Educacional, Formação Docente.

ABSTRACT

This article is directly related to the description and defense of the PIBID - Institutional Program of Teaching Initiation Grants. This program aims to encourage the training of teachers at a higher level and contribute to the construction of a public and quality education. As a consequence, the program has also collaborated to raise the quality of initial teacher training in undergraduate courses and to promote the integration between higher education and basic education, having as one of its axes the articulation between theory and practice so necessary for teacher training and to raise the quality of teaching, research and extension in undergraduate courses throughout Brazil. Faced with the interruption of this program, we realize that its exclusion follows a logic linked to a Neoliberal State project that intends to weaken the formation of teachers and public education in Brazil. Thus, despite the existence of a set of significant results of the actions carried out by the PIBIDs at the national level, in the performance of their school interventions and academic scope of the projects, these results were not considered when deciding on the lack of continuity and the gap that will be generated in the different levels of education and on the policies for teacher training.

To exemplify the importance of this program as a public policy of quality, with significant social impact on teacher training in Brazil, we intend to describe some practices of PIBID Social Sciences/UERN, a program socially committed to the affirmation of the values of democracy, citizenship, equality, and recognition of differences, as fundamental principles in the training of educators and Brazilian youth. Such experiences allow us to understand the importance of the studies developed in the social sciences in defense of a quality public education and its interpretations about Brazil in its current historical configuration, where processes of destructuring of the social organization of the Brazilian people are triggered.

Keywords: Training Programs, Educational Policy, Teacher Training.

1 INTRODUÇÃO

Ao PIBID - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação. Programa este que nos expomos a defender sua continuação que tem como uns dos objetivos principais, incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica pública de qualidade, elevar a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura em promover a integração entre educação superior e educação básica, tendo como fundamental contribuir para a articulação entre teoria e prática necessárias à formação dos docentes, elevando a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciatura em todo Brasil.

Na história do Brasil, pode-se dizer que raramente existiu uma proposta educacional articulada e de longo prazo, pois os governos ocupantes do poder e seus respectivos representantes na educação, na maioria das vezes, propuseram políticas que privilegiavam visões pessoais e de grupos que tinham interesses particulares sobre como conduzir o nosso sistema educativo. As

mudanças são constantes em relação alternância do poder, sem a existência de maior preocupação com a continuidade das propostas educacionais e o desejo em defender interesses particulares e partidários acima dos interesses expressos pela coletividade, o que tem dificultado e algumas vezes até impedido a consolidação de uma educação de qualidade no Brasil.

É importante salientar, que a ampliação dos espaços e dos processos de discussão na formação docente, no caso deste artigo no campo das ciências sociais, evidencia uma maior legitimidade e coerência à proposta de um ensino crítico e reflexivo, uma vez que a construção de um modelo de programas formativos e de planejamento democrático educacional passa, necessariamente, pela refutação de propostas centralizadoras e autoritárias, e pela adoção de medidas que contemplem diferentes instâncias de discussão e pontos de vista.

Este artigo está estruturado em três partes. Para termos uma melhor compreensão das conjunturas políticas atuais, um pouco mais dos fatos e características históricas que deram sustentação à realidade política educacional brasileira, nos diferentes momentos de mudanças da nossa trajetória política nos últimos anos serão abordados. O estudo aí acaba por se tornar mais fértil, dinâmico, investigativo e crítico-reflexivo. Complementando o trabalho destacando os objetivos dos trabalhos desenvolvidos ao longo do programa PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência) do Curso de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Foram abordadas as fases pelas quais as etapas de organização e realizações de atividades foram constituídas como instrumento para formação docente, ao ser utilizado com a intenção de fortalecer a integração entre educação superior e educação básica.

Por fim, enfatiza-se a necessidade de investimentos, continuação em programas e redimensionamento do sistema educacional brasileiro. Reafirma-se para tanto, o compromisso e a responsabilidade política e governamental. Neste momento oportuno, aproveitamos para apresentar algumas práticas do PIBID-CS, um projeto socialmente empenhado na afirmação dos valores da democracia, da cidadania, da igualdade e do reconhecimento da diferença, que se pretende objetivo e independente, mas não neutro e socialmente opaca. Nossa atuação reside no fato de que os cientistas sociais não podem deixar de permanecer alertas aos efeitos transformadores que seus conceitos e teorias possam por ventura produzir sobre aquilo que se propuseram a analisar, utilizando-se de programas e formação docente para acreditar na valorização da profissão docente e de uma política educacional justa e equitativa.

2 REFLEXÕES CRÍTICAS SOBRE O CONTEXTO POLÍTICO EDUCACIONAL BRASILEIRO E AS CIÊNCIAS SOCIAIS

O Ensino de Ciências Sociais no Brasil tem sua trajetória marcada por muitos elementos, entre eles, políticos, ideológicos e culturais. Seu percurso de luta pela consolidação na Educação Básica está relacionado à formação do pensamento social brasileiro que transita entre a importação de teorias ao modelo nacional até as mudanças no imaginário da cultura e identidade brasileiras. As lutas em busca da institucionalização do Ensino de Ciências Sociais/Ensino de Sociologia (nomenclatura que recebe na etapa do Ensino Médio) se configuram, inicialmente, como necessidade de uma formação crítica e também como instrumento de cidadania.

A implementação do ensino de Sociologia na educação básica aponta para um cenário permeado por uma trajetória de transformações, avanços e retrocessos no contexto político e social nacional acompanhado de mudanças na formação do pensamento social brasileiro. Nesse sentido, compreendemos a importância dos estudos desenvolvidos no campo das ciências sociais para as interpretações sobre os modelos de educação no Brasil, sua cultura e sua identidade até as configurações atuais. Esses fatores desencadeiam processos significativos que perpassam os movimentos que vão resultar na presença do Ensino de Ciências Sociais nos currículos acadêmicos e escolares, o qual se fortaleceu com programas institucionais para uma melhor concepção da realidade política brasileira.

O campo de ensino da sociologia na escola básica historicamente foi retirado dos currículos nos momentos de grandes mobilizações sociais no Brasil. Não por acaso, uns dos temas mais presentes nas obras de Florestan Fernandes (1978), é a revolução social, ora como preocupação de ordem teórica, ora se configura como de ordem prática. Por isso, sua interpretação sobre a sociedade brasileira em sua época se concentrou nas ideias acerca das transformações sociais, das estruturas de classe e racismo no Brasil e do ensino de Sociologia. Florestan entra na discussão e reflexão sobre diversos temas como educação popular e a própria condição da profissão do cientista social. Sua perspectiva crítica atravessa toda sua produção intelectual, da militância às preocupações com as questões referentes ao ensino. Nesse sentido, esse autor vai além da explicação das teorias sobre a realidade social, estabelece no campo das ciências sociais uma nova Sociologia brasileira que supera o que está dado e estabelecido e assume o papel politicamente implicado do cientista social.

3 O PIBID E A POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA

Tomando como base o papel do cientista social destacado por Florestan Fernandes e nossas apropriações das realidades em defesa da continuidade do PIBID destacamos em seus principais objetivos:

1 - Incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica; 2 - Contribuir para a valorização do magistério;

- Elevar a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura, promovendo a integração entre educação superior e educação básica;

- Inserir os licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino aprendizagem;

- Incentivar escolas públicas de educação básica, mobilizando seus professores como co-formadores dos futuros docentes e tornando-as protagonistas nos processos de formação inicial para o magistério;

- contribuir para a articulação entre teoria e prática necessárias à formação dos docentes, elevando a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciatura;

- contribuir para que os estudantes de licenciatura se insiram na cultura escolar do magistério, por meio da apropriação e da reflexão sobre instrumentos, saberes e peculiaridades do trabalho docente.

Portanto as políticas públicas educacionais são necessárias em suas compreensões e avaliações dos contextos históricos nos quais estão inseridas. Ao longo da história, a educação vai redefinindo seu perfil de inovação ou manutenção das relações sociais, adaptando-se aos modos de formação técnica e comportamental, de acordo com a produção e reprodução das formas particulares de organização do trabalho e da vida em sociedade. Portanto, falar em política educacional implica em considerar que a mesma articula-se ao projeto de sociedade que se pretende implantar, ou que está em curso em cada momento histórico e conjuntura política, uma vez que o processo educativo forma aptidões e comportamentos que são necessários ao modelo social e econômico em vigor (AZEVEDO, 2001).

Foi estabelecido em curso um processo de gravíssima ruptura democrática no país, contra o qual se insurgem diversas entidades do campo educacional que vêm se opondo ao ocorrido impeachment da presidenta Dilma por ele representar um golpe parlamentar e um risco às conquistas dos direitos sociais, educacionais e de cidadania. Trata-se de barrar a ruptura institucional em

andamento e de repor as condições necessárias ao desenvolvimento de políticas públicas educacionais que enfrentem as desigualdades e universalizem o acesso com qualidade social. Se as políticas educacionais adotadas nos governos da presidenta Dilma ainda não eram suficientes, agora, as primeiras medidas anunciadas pelo então Governo Michel Temer objetivam desconstruir todo o empreendimento político-institucional que, ancorado na Constituição Federal de 1988, permitiu-nos avançar em termos de igualdade e de reconhecimento, ainda que lentamente.

Michel Temer, com seu ministério constituído apenas por homens brancos e ricos, vem tomando medidas que comprometem as conquistas civilizatórias presentes na Constituição de 1988, e tudo isso com uma velocidade que só a ruptura democrática possibilita. Com o argumento da necessidade de equilibrar as contas federais, Temer se apressou em fazer uma reforma administrativa, que extinguiu pastas e fundiu áreas do governo. Trata-se de uma disputa por recursos públicos, de um movimento do capital rumo à apropriação da relativamente pequena margem de recursos estatais protegidos de sua exploração e acumulação.

Nesse contexto, o governo golpista extinguiu o Ministério da Cultura, fundindo-o ao Ministério da Educação, só voltando atrás, pouco depois, pressionado pela resistência dos movimentos populares de cultura, de artistas e de intelectuais. O Ministério de Ciência e Tecnologia foi encaixado ao Ministério de Comunicações, reduzindo um e outro e, ao mesmo tempo, privando a sociedade da responsabilidade do Estado com a pesquisa e projetos nacionais de inovação, indispensáveis para o desenvolvimento da Nação. Com isso, se alinham as medidas tomadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que atingiu diretamente ao programa PIBID. O Fórum Nacional dos Coordenadores Institucionais do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Forpibid) vem a público manifestar sua inconformidade com a decisão da “não prorrogação” dos editais Capes n. 61 e 63/2013, referentes ao PIBID e PIBID Diversidade, com seu término em fevereiro/2018 passado, anunciada pelo Diretor da DEB/Capes, Sr. Carlos Lenuzza.

As críticas ao contexto político educacional, são necessárias e construtivas, como dizia Paulo Freire: O direito de criticar, do dever de não mentir, ao criticar citando: O direito de criticar e o dever, ao criticar, de não faltar à verdade para apoiar nossa crítica é um imperativo ético da mais alta importância no processo de aprendizagem de nossa democracia. (FREIRE, 1993, p. 31).

A decisão de interrupção com este programa não foi sensível aos inúmeros argumentos e manifestações das diversas entidades, instituições de ensino superior (IES), parlamentares, câmaras de vereadores, comunidades escolares, as 318 mil assinaturas dos abaixo-assinados, enfim, todos

aqueles que defendem esse programa como uma política pública de qualidade, com impacto social significativo na formação de professores no Brasil.

Essa interrupção implica em sérios prejuízos pedagógicos. Por um lado, por desligar cerca de 70 mil bolsistas em 28 de fevereiro e ou por alijar as mais de 5 mil escolas de seu principal parceiro desses últimos dez anos. Aos pibidianos, é sabido a todos que o planejamento escolar é realizado em janeiro/fevereiro e a não participação do PIBID e PIBID Diversidade como parceiros estratégicos nas atividades escolares terá impacto. Por outro, quebra um ciclo de trabalho nas licenciaturas, ao retirar as condições materiais e acadêmicas de licenciandos, que têm nos programas sua referência de formação docente.

Há relevância deste programa a nível regional da UERN, visa integrar Universidade e Escolas Públicas para a formação inicial e continuada de professores da Educação Básica. Alcançando todos os campi da universidade. Alguns dados do Programa na UERN: Cursos participantes: 16 cursos (em 31 sub-projetos), Graduandos: 668, Professores supervisores do Ensino Básico: 132, Coordenadores de área: 35, Coordenadores de gestão pedagógica: 04, Coordenador institucional: 01. Isso nos dar uma dimensão a nível regional de sua abrangência ao abordar as nossas críticas em relação as políticas públicas adotadas recentemente.

Paulo Freire menciona em seus escritos no livro *Política e Educação*:

Não é possível, por outro lado, exercermos o direito de criticar, em termos construtivos, pretendendo ter no criticar um testemunho educativo, sem encarnar uma posição rigorosamente ética. Assim, o direito à prática de criticar exige de quem o assume o cumprimento à risca de certos deveres que, se não observados, retiram a validade e a eficácia da crítica. Deveres com relação ao autor que criticamos e deveres com relação aos leitores de nosso texto crítico. Deveres, no fundo, com relação a nós mesmos também. (FREIRE, 1993, p. 31).

Seguido no desmonte anunciado das políticas públicas voltadas aos setores populares, antecipa-se a drástica redução de recursos voltados à Educação, e a ampliação das desvinculações de receitas para 30%, passando a alcançar estados, municípios e o Distrito Federal, com graves consequências para a escolarização da população brasileira, excluída do direito democrático de acesso à educação, e prováveis retrocessos para a valorização dos profissionais, em processo de construção. Mais graves são as medidas contidas na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) apresentada por Temer com o propósito de reduzir os gastos sociais durante os próximos 20 anos. A limitação de gastos impedirá o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE), entre elas e, sobretudo, a efetivação da educação obrigatória para todos os jovens entre 4 e 17 anos, o estabelecimento do CAQ/CAQI (Custo aluno qualidade/Custo aluno qualidade

inicial) e a valorização do magistério da educação básica como política obrigatória em todo o território nacional. Que aprovada e implementada essa PEC, retrocede o acesso às escolas e universidades públicas, como correspondente incrementando de sua privatização.

Uma das primeiras medidas do Ministério da Educação do governo Temer foi exonerar 31 assessores técnicos, 23 deles ligados à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) e mais oito da Secretaria Executiva da pasta, o que afeta, de imediato, as atividades do Fórum Nacional da Educação (FNE) e, como consequência, também os processos de construção da participação social nas políticas educacionais e de monitoramento participativo da implementação do Plano Nacional de Educação.

Diante disso tudo, são muito preocupantes as perspectivas para o futuro da Educação do País. Temores vão se confirmando em sucessivos sinais emitidos pelo governo golpista e seus aliados. O que está em jogo nesse momento é a natureza da Base Curricular Nacional Comum (BNCC) e a sua elaboração para, em seguida, ser controlada por avaliação padronizada, censitária, administrada de forma independente ou por organizações do Terceiro Setor ou em articulação com elas. E, ao contrário do que se afirmou na mencionada Audiência Pública, a proposta de BNCC, tal como está construída, propõe definir principalmente como o professor deve ensinar, reduzindo seu protagonismo e autonomia em sala de aula, favorecendo, assim, a utilização de sistemas de ensino pré-fabricados.

As políticas de responsabilização e de bonificação de professores fazem parte desse pacote de reformas que vem sendo articulado ilegitimamente no MEC, cuja eficiência pedagógica deve ser garantida por meio da presença e da internalização de práticas da iniciativa privada na administração educacional. E, por trás disso tudo, está o mercado, a privatização da educação, a criação de uma base mercadológica para a atuação de consultorias, empresas de avaliação e de formação docente e produtoras de material didático e midiático em escala nacional.

Nesse contexto, não podem ser esquecidos os reiterados objetivos de mudanças na formação dos professores da educação básica por meio de reformas dos cursos de licenciaturas das universidades públicas, os quais, como insistem os defensores de tais políticas, devem substituir a formação "excessivamente teórica e política" que realizam, por uma educação mais técnica, ou seja, mais pragmática, mais ajustada aos objetivos da avaliação sistêmica tendo como critério de aferição a qualidade da educação.

As manifestações populares e democráticas em defesa da educação, precisam estar presentes dentro e fora do aparato estatal, o enfrentamento permanente por parte de projetos educacionais em defesa da escola pública de qualidade, construídos na luta resistente de movimentos sociais

populares e das organizações de educadores democráticos contra as políticas neoliberais de educação. Muitas dessas lutas são históricas, que alcançaram conquistas institucionais, como a ampliação do financiamento via Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), o Piso do Magistério, as Conferências e os Fóruns de Educação, o PNE 2014-2024, os Indicadores de Qualidade na Educação, as políticas de cotas sociais e raciais combinadas à expansão do acesso às universidades e instituições públicas de Ensino Superior, a elevação significativa dos investimentos federais em educação e outras mais.

Vale salientar as mudanças que expressam claramente na paulatina e constante troca dos parceiros do MEC na elaboração e operacionalização das políticas, que agora já não são os professores e pesquisadores das universidades públicas ou as suas entidades representativas, sendo seu lugar agora ocupado por representantes de entidades e fundações privadas vinculadas ao setor empresarial lucrativo e aos grandes bancos, chegando ao seu ápice radical nos primeiros meses do Governo Temer. Ocorre que, diferentemente daqueles, nesse não há mais contradição ou resistência interna, passando o governo a operar como simples correia de transmissão da agenda proposta pelos reformadores empresariais da educação brasileira.

Ao mesmo tempo, a intensa rotatividade dos técnicos do MEC e o corpo exíguo de funcionários de carreira permitem ao governo interino rapidamente desmontar estruturas institucionais e políticas, já que não há uma burocracia republicana detentora da memória e da identidade do projeto educacional de Estado. Essa foi outra debilidade dos governos petistas, ou seja, a caracterização de políticas públicas em ações que se mantiveram com caráter de programa, não se configurando como políticas de Estado, capazes de resistir a crises como a que vivemos no presente momento. Pode-se mesmo afirmar que, ao se efetivarem como medidas descontínuas e desarticuladas entre si, não se constituíram nem mesmo como políticas de governo.

Concluindo, pode-se dizer que as ações propostas para a educação, na qualidade de política pública, revelam um tipo de interesse a ser defendido. Um projeto educacional sempre traz em seu bojo a defesa de uma concepção de sujeito e, portanto, de construção de sociedade. Quando um projeto educativo é referendado pela lógica neoliberal, em que as práticas sociais estão alicerçadas numa relação meramente econômica, muito provavelmente a concepção de sociedade que vem à tona é aquela que prima pela competição, pela ética utilitarista e pela exclusão.

4 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO PIBID CIENCIAS SOCIAIS/UERN: ASPECTOS CONDICIONANTES DAS ATIVIDADES

Nos trabalhos desenvolvidos ao longo do programa, foram abordadas as fases pelas quais as etapas de organização e realizações de atividades foram constituídas como instrumento de ensino/aprendizagem, ao ser utilizado com a intenção de fortalecer a integração entre educação superior e educação básica e a formação cidadã.

Para exemplificar a importância desse programa como uma política pública de qualidade, com impacto social significativo na formação de professores no Brasil, pretendemos descrever algumas práticas do PIBID Ciências Sociais/UERN, Tais atividades nos concedem compreender a importância dos estudos desenvolvidos no âmbito das ciências sociais em defesa de uma educação pública de qualidade. Dentre as atividades destacamos:

4.1 CAFÉ SOCIOLOGICO COM TEMA (O SUICÍDIO)

Propiciar um momento ímpar na formação e vivência do alunado de escolas públicas parceiras acerca de temáticas Sociológicas. Fomentar e fortalecer as atividades a caráter de Ensino, Pesquisa e Extensão promovidas pelo PIBID – CS da UERN. Reflexão teórica acerca das causas sociais principais desencadeadoras de um fenômeno que normalmente é visto como um problema individual. Nas práticas escolares, levamos uma nova visão do suicídio, deixando de lado apenas o ponto de vista psicológico e compreendendo os condicionantes sociais. Os estudantes tiveram a oportunidade de conhecer um pouco do que a Sociologia apresenta sobre o tema.

4.2 III SALÃO (PIBID/UERN)

Oportunidades de criação e participação na articulação entre teoria e prática durante a preparação e apresentação dos bolsistas no evento. Apresentar pesquisas e resultados das atividades desenvolvidas pelo PIBID Ciências Sociais. Oportunidade de expor nossos trabalhos e saber o que é produzido por outros grupos de outros cursos de licenciatura.

4.3 PASSE 2017

Oportunizar um contato entre alunos pré-vestibulandos e os pidianos com o intuito de reafirmar a importância da Sociologia no ensino médio e apresentar os principais conteúdos das ciências sociais para resolução de questões do ENEM 2017. O Enem tornou-se a principal forma de ingresso em uma universidade. Além disso, é visível a presença das Ciências Sociais em praticamente todas as áreas da prova. Com isso, entendemos ser relevante, para o aluno que está

concluindo o Ensino Médio, trazer para ele assuntos que frequentemente caem no exame nacional e que estão em consonância com a nossas disciplinas na graduação e no ensino médio. Tratando-se assim, o PASSE a oportunidade de o aluno rever ou revisar seus conhecimentos e o futuro professor exercitar suas habilidades docentes.

4.4 OFICINA QUEBRANDO TABUS

A oficina teve como público alvo alunos e professores do ensino médio e superior, cujo ponto de discussão foram os estudos de gênero, mais especificamente a questão dos transexuais, travestis como também gays e lésbicas, com base em referências bibliográficas vamos tratar dos referidos eixos temáticos, pois entendemos que os grupos de indivíduos citados acima (principalmente os dois primeiros) são invisibilizados de várias formas na sociedade, seja por falta de oportunidade de empregos (pois a maioria dos travestis seguem o rumo da prostituição), como por falta de direitos que a maioria das pessoas ditas “normais” possuem. Como pauta foi também abordada a polêmica questão da “cura gay”, ou como algumas pessoas chamam, reorientação sexual.

4.5 CURTA-METRAGEM UMA VOZ EM SILÊNCIO

Tendo em vista o crescente número de agressões contra mulheres que em sua grande maioria são silenciadas e caracterizadas como loucas, mentirosas ou vadias, viu-se a necessidade de se apresentar em forma de audiovisual uma síntese de relatos sobre violência contra mulheres de forma metafórica apontando o silenciamento da voz feminina dentro de uma sociedade patriarcal e machista. O objetivo do vídeo construído foi, metaforicamente, apresentar situações reais de agressão contra mulheres, que foram extraídos de casos relatados durante as oficinas de gênero nas escolas parceiras do PIBID Ciências Sociais, de modo a mostrar a falta de reação e o silenciamento da voz feminina que ecoa como um som de pouca importância, algo banal. O curta-metragem intitulado “Uma Voz em Silêncio” traz ao fundo uma voz feminina relatando situações de agressões e abusos sofridos por ela. Simultaneamente aparecerá a imagem dessa mulher falando a homens em seu ouvido, pelo medo de expor seu caso. No entanto, não receberá deles nenhuma reação.

4.6 ORIENTAÇÃO NAS FEIRAS DE CIÊNCIAS

A experiência tornou os licenciandos orientadores de projetos de pesquisa nas Feiras de Ciências das escolas parceiras. Os mesmos se depararam com o desafio de auxiliarem os alunos a desenvolver seus projetos de pesquisa e provarem sua cientificidade. As problemáticas propostas foram todas parte do leque de temas relevantes e atuais que competem a Sociologia e as Ciências

Humanas, o que causou, desde então, espanto por parte da equipe escolar, não acostumada com a prática de pesquisas na área, tendo em vista que os temas escolhidos tendem a por em pauta algumas situações vivenciadas no cotidiano escolar. A prática pedagógica aliada à pesquisa foi analisada como base para pensar a Feira de Ciências enquanto espaço de colaboração e organização, onde a pesquisa é compreendida como um meio de adquirir maior conhecimento sobre determinados assuntos e alcançar novas possibilidades de práticas e conhecimento.

4.7 CONSTRUÇÃO DE NARRATIVAS AUDIOVISUAIS

Na pesquisa da tese de doutorado do professor Jucieude Lucena Evangelista sobre visibilidade na sociedade contemporânea, evidenciou-se a experiência do uso da imagem na construção do pensamento e do conhecimento dos alunos das escolas estaduais Moreira Dias, Governador Dix-Sept Rosado, Diram Amaral e Elizeu Viana. Essas escolas possuem parceria com o PIBID de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN). A pesquisa foi realizada com base na construção de vídeos, abordando os seguintes temas sociológicos: indivíduo e sociedade, ciência e senso comum. O pesquisador faz críticas em seu estudo ao mencionar que as escolas da rede básica de ensino, em sua maioria, não utilizam a imagem para promover reflexões aos alunos. Para ele, é possível utilizar ferramentas metodológicas, como o vídeo, no ambiente educativo para facilitar o aprendizado. A introdução da oficina, coordenada pelo pesquisador, foi realizada com os bolsistas do PIBID e os alunos de ensino médio e tinha como objetivo principal desenvolver a linguagem audiovisual no intuito de trabalhar a capacidade de articular e expressar as ideias, utilizando a produção de imagens como um veículo de comunicação e imaginação. A segunda fase consistiu na elaboração de vídeos pelos alunos que retratassem o tema sociológico “Indivíduo e Sociedade”. Para a construção dos vídeos, foi entregue um roteiro contendo os tópicos sequenciais do trabalho, como: introdução, desenvolvimento e entrevista. Nesta exposição iremos apresentar os vídeos construídos pelos alunos do ensino médio, a partir das aulas de Sociologia. Nessa perspectiva, pode-se relatar que a linguagem audiovisual, quando utilizada corretamente, traz positividade para processo ensino-aprendizagem, pois solidifica de forma lúdica o assunto repassado pelo professor em sala de aula e fomenta o interesse do aluno em produzir sua própria maneira de pensar.

5 CONCLUSÃO

Os projetos e programas educacionais mais democráticos são cada vez mais necessários. A partir das reflexões, torna-se preocupante o estado lamentável do esfacelamento do saber, que

transformado em migalhas, revela uma inteligência esfacelada e um horizonte epistemológico demasiadamente reduzido por parte das políticas públicas. A não participação do PIBID como parceiros estratégicos nas atividades escolares terá impacto negativo na vida de muitos bolsistas, como consequência haverá uma quebra no ciclo de trabalho nas licenciaturas, ao retirar as condições materiais e acadêmicas de licenciandos, que têm no programa sua referência de formação docente e, em muitos casos, sua subsistência no ensino superior.

Apesar dos esforços empreendidos nos últimos anos, nem tudo ainda está perdido, é importante reconhecer que ainda não conseguimos estruturar um sistema educacional eficiente, mas ainda não há investimentos suficientes para proporcionar condições de melhorias nessa área. Não se cria uma sociedade democrática e não corrupta da noite para o dia, assim como não haverá qualidade social na educação sem que haja políticas que viabilizem o conhecimento, a aprendizagem. Sem isso faltará sempre lucidez, consciência e capacidade para enfrentar as dominações econômicas, sociais e culturais. Para termos um mundo com dignidade e justiça, é importante considerar a educação pelo seu valor de uso, como produção cultural de pessoas, singularidades humanas capazes de se constituírem em sujeitos globais e locais que lutam contra as desigualdades e as exclusões sociais.

Por fim, o alcance desses objetivos necessários, implica muito mais do que deslocar recursos, deve colocar a educação no centro, reestruturar os conteúdos, métodos, sistemas de avaliação e modelos de gestão escolar, propiciar condições para garantir a aprendizagem, reconhecimento de que a educação se realiza ao longo de toda a vida e em múltiplos ambientes. Para que se possa construir uma proposta educacional coerente com as nossas necessidades é fundamental que se criem mecanismos políticos que deem continuidade às políticas educacionais, isto é, projetos de Estado, pois somente dessa forma será possível expressar as aspirações da maioria dos envolvidos no processo educativo, e não somente as intenções dos agentes políticos que ocupam cargos momentâneos no poder.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Janete M. Lins de. A educação como política pública. Campinas, SP: Autores Associados, 2001. V. 56. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo).

LIBANEO, José Carlos et al. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo, Cortez, 2005.

FREIRE, Paulo. Política e educação. Ensaio / Paulo Freire. – 5. Ed. - São Paulo, Cortez, 2001. (Coleção Questões de Nossa Época; v.23).

IANNI, Octavio. A Sociologia de Florestan Fernandes. Estud. av. vol.10 no.26 São Paulo Jan./Apr.1996. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141996000100006 SAVIANI, Demerval. Da nova LDB ao novo Plano Nacional de Educação: por outra política educacional. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1998.

<http://portal.mec.gov.br>, em 23/03/18.

O contexto Político e a educação nacional. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302016000200329.